

Working paper

6th International
Conference of the
BRICS Initiative for
Critical Agrarian
Studies



BRICS Initiative for
Critical Agrarian Studies

A fronteira agrícola no Brasil hoje e os limites do ajuste espacial:

o capital fictício condicionando a produção do espaço no MATOPIBA

Cássio Arruda Boechat, Fábio Teixeira Pitta, Carlos de Almeida Toledo

Novembro/2018

The agricultural frontier in today's Brazil and the limits of the spatial fix: the fictitious capital conditioning the space production in the MATOPIBA region

By (Cássio Arruda Boechat; Fábio Teixeira Pitta & Carlos de Almeida Toledo)

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with:

Universidade de Brasília – UnB

Brasília, Brazil

Website: <http://www.unb.br/>

International Institute of Social Studies

The Hague, The Netherlands

E-mail: information@iss.nl *Website:* www.iss.nl

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brazil

Website: www.ufrgs.br/

Future Agricultures Consortium

Institute of Development Studies, University of Sussex, England

E-mail: info@future-agricultures.org *Website:* <http://www.future-agricultures.org/>

Universidade Estadual Paulista – UNESP

São Paulo, Brazil

Website: www.unesp.br

The Russian Presidential Academy of National Economy and
Public Administration – RANEPa

Moscow, Russian Federation

E-mail: information@ranepa.ru *Website:* www.ranepa.ru

College of Humanities and Development Studies

China Agricultural University, Beijing, China

E-mail: yejz@cau.edu.cn

Website: <http://cohds.cau.edu.cn/>

Transnational Institute

The Netherlands

E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS)

University of the Western Cape

Cape Town, South Africa

E-mail: info@plaas.org.za

Website: www.plaas.org.za

Terra de Direitos

Curitiba, Brazil

E-mail: terradedireitos@terradedireitos.org.br

Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Abstract

This paper grasps an understanding of the agricultural frontier which thinks of it as historically constituted and able to have its contents modified by the overall changes in society. Thus, it returns to formulations over the pioneer front made by the traditional Geography and by the critical Geography. Afterwards, we deal with the particularities of the Brazilian national formation, calling attention to the importance of the university and of science in the process and in the characterization of colonization in each historical moment. Recent researches in the MATOPIBA region, taken as the final agricultural frontier within Brazil, show deforestation already conducted by modern machinery and also a high level of slave analogous labor incidence. Moreover, recent actions by transnational real estate dealers suggest the presence of finance capital, in the past unlikely to immobilize itself in land acquisitions. What could seem as a search for absolute and relative surplus value extraction in new sites can however be equally grasped as over-accumulated fictitious capitals invested as a manner to produce the appearance of solid portfolios.

Keywords

Frontier; MATOPIBA; Pioneer; Fictitious Capital; Real Estate Dealers.

Acronyms

MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
USP	Universidade de São Paulo
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros

1. Introdução

O artigo delinea um entendimento sobre a fronteira agrícola que a pensa como historicamente constituída e passível de ter seus conteúdos modificados pelas transformações mais gerais da sociedade. Para tanto, retoma compreensões da Geografia tradicional e da Geografia crítica acerca da frente pioneira. Posteriormente, lidamos com as particularidades da formação nacional, chamando a atenção para a importância da universidade e da ciência no processo e na caracterização diferenciada da colonização em cada momento histórico. Por fim, adentramos a particularidade do MATOPIBA, trazendo formas de produção do espaço que podem revelar transformações mais gerais da maneira de se relacionar socialmente com a fronteira agrícola. Pesquisas recentes na região do MATOPIBA, tida como a última fronteira agrícola no Brasil, mostram um desmatamento da vegetação nativa já realizado por meio de maquinário moderno e uma alta incidência de trabalho análogo à escravidão. Ademais, a ação recente de imobiliárias transnacionais sugerem a presença de um capital financeiro antes avesso à imobilização em terras. O que poderia parecer como busca desses capitais pela extração direta de mais-valia absoluta e relativa em novas paragens pode todavia ser entendido igualmente como inversão de capitais fictícios sobreacumulados em busca de dar aparência de solidez a seus portfólios ou carteiras de “produtos”.

2. Ainda sobre o *land grabbing*: território de quem?

Escrever outro artigo sobre a temática do *land grabbing* não é oferecer ao leitor mais do mesmo, mas uma necessidade inerente à perspectiva teórica que tem fundamentado nossa reflexão sobre o tema. A perspectiva da *teoria do valor dissociação* impõe, para além da abordagem crítica já presente em artigos anteriores, uma reflexão crítica sobre o processo de formação desta mesma perspectiva crítica. Neste sentido, este artigo se dedica a apresentar o que nos parece ser uma primeira entrada para o fundamento teórico que organiza tal releitura do tema. Por isso, a reflexão deve partir da produção de conhecimento em nosso contexto: uma universidade situada em uma das principais metrópoles de um Estado nacional de origem colonial.

A institucionalização da ciência geográfica acadêmica neste Estado nacional de origem colonial teve como estratégia a mobilização do trabalho de pesquisadores formados no contexto das metrópoles europeias. Decorre desta estratégia nossa impressão atual deste processo como sendo a introdução da Geografia tradicional no Brasil. De nosso ponto de vista, pesquisadores como Pierre Deffontaines (1939), Pierre Monbeig (1998) e Leo Waibel (1979), puderam tratar o fenômeno do *land grabbing* como *frentes ou zonas pioneiras* ou ainda como lugares em que a paisagem natural se *humanizava*, por meio de um desmatamento da vegetação original orientado para o estabelecimento de sistemas agrícolas segundo as vocações das áreas (BOECHAT, 2014; BOECHAT, TOLEDO & LEITE, 2017). Tal processo levaria à constituição de regiões que abrigariam gêneros de vida, que deveriam ser descritos em seus processos de reprodução ecológica específica. Dessa maneira, há uma explícita hierarquização de *gêneros de vida*, na qualificação do pioneirismo, por exemplo na formulação de Waibel, positivando o agricultor em detrimento do extrativista, do caçador ou do criador de gado:

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. (...) No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador,

nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (WAIBEL, 1979, pp. 281-282).

De modo semelhante, Monbeig considerava como *precursores* (não como pioneiros) tanto os indígenas dos Planaltos Ocidentais paulistas, que prepararam os primeiros pastos e estabeleceram as primeiras rotas no interior das matas, quanto os pequenos pecuaristas mineiros, que expulsaram os indígenas, ampliaram as rotas, estabeleceram núcleos populacionais e reproduziram os seus rebanhos. Portanto, os assim chamados caboclos, de um modo geral, seriam: “os últimos representantes da velha economia rural e do antigo povoamento do sertão, e não as sentinelas avançadas da marcha para o oeste, como se poderia pensar. Sua presença não implica numa valorização da floresta, no quadro econômico atual” (MONBEIG, 1953, p. 458).

Vemos, desse modo, os “pioneiros” da ciência geográfica no Brasil estabelecendo seus critérios científicos para a escolha dos “pioneiros” da civilização no âmbito nacional. Por outro lado, contraditoriamente, tanto Monbeig (1998) como Waibel (1979) esboçariam críticas ao papel deletério das mesmas frentes ou zonas pioneiras na dispersão de recursos, indicando, em oposição à “marcha para o oeste” a necessidade de fixação e intensificação do uso do solo no leste. Para Monbeig (1998, p. 389-392), uma nova relação entre a franja pioneira e a indústria nacional representava a possibilidade de um mercado interno a resguardar a agricultura das crises da economia internacional e a possibilidade de uma transformação da própria agricultura, até então pautada pela “obra destruidora dos pioneiros”:

O problema da conservação das riquezas naturais e da restauração das regiões envelhecidas é agora encarado pelos meios urbanos, como pelos plantadores clarividentes. (...) Eis o sentido em que deverão desenrolar-se os esforços dos agrônomos e dos fazendeiros empreendedores. Tomou-se, portanto, consciência dos estragos. Virá a desenhar-se uma espécie de retorno da marcha pioneira, por uma renovação do povoamento e uma retomada da agricultura, nas velhas zonas. Não é de rejeitar essa eventualidade. Mas tal renascimento só poderá vir depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites (MONBEIG, 1998, p. 391-392).

Engana-se, porém, quem entenda a passagem como uma crítica à franja pioneira em si, vista pelo geógrafo francês, ao contrário, como “excepcional fortuna” que rompia com a “herança do passado” e trazia “grande riqueza” para a “coletividade brasileira” (MONBEIG, 1998, p. 392). A possibilidade, inclusive, de novas frentes pioneiras no Cerrado brasileiro não estava descartada para Waibel, como lembra um importante estudioso da obra do autor:

Waibel estava convencido de que “num futuro próximo, os melhores tipos de solo nos Campos cerrados do Planalto Central do Brasil seriam cultivados de forma semelhante às antigas áreas de florestas da Europa Central”, isto é, por meio de arado, com rotação de culturas e plantas cultivadas mais sofisticadas. Essa avaliação positiva de Waibel quanto às potencialidades do uso da terra nos Campos cerrados foi uma verdadeira sensação na segunda metade dos anos 1940 (KOHLEP, 2013, p. 42).

Trata-se, desse modo, de um longo processo de formação do Estado nacional, ex-colônia colonizando seu território, levando a fronteira agrícola às fronteiras do próprio Estado. Parte deste processo é a produção de instituições que produzam discursos nacionais, paradoxalmente por meio de trabalhadores estrangeiros que são mobilizados para institucionalizar na forma da universidade pública a produção do conhecimento da nação. Este conhecimento que internaliza a produção do conhecimento no território nacional deve, especialmente em Estados de origem colonial, refletir sobre o que seria a nação.

Para a percepção de um brasileiro do período que precede a internalização desta instituição metropolitana na ex-colônia, tal como Euclides da Cunha, em **Os Sertões** (2002, p. 155-157), os brasileiros estariam condenados à civilização e teriam de formar uma nação futura, dada a ausência de unidade racial de seu momento além da diversidade de condições geográficas em seu território. Assim, a escolha dos “donos do poder” (FAORO, 1989) da metrópole paulista (cuja afirmação prática se realizaria atraindo milhões de brasileiros para ela) pela Geografia do assim chamado possibilismo da escola francesa (MORAES, 2003) revela a necessidade de formular um discurso nacional em oposição ao viés nacionalista orgulhoso da evolução de uma raça superior autóctone. O próprio desdobramento das disputas imperialistas entre Estado nacionais, nas duas guerras mundiais, acabaria por desmoralizar os discursos racistas, culturalizando os discursos sobre a identidade nacional.

Entretanto, a construção do discurso nacional pelo viés da Geografia brasileira passaria a esboçar críticas à dita Geografia Tradicional, desde ao menos as obras de Manoel Correia de Andrade e Pasquale Petrone, em diálogo com Caio Prado Junior. Desse modo, a virada crítica de uma Geografia marxista dos anos 1960 em diante passaria a ocupar uma posição importante no debate brasileiro. Talvez a mais consagrada tenha sido aquela proposta por José de Souza Martins, um sociólogo que organizou grupos de estudos na FFLCH/USP, frequentados por vários professores da Geografia em seus processos de formação. A crítica que Martins elabora sobre a positivação do pioneiro e do padrão civilizado e urbano não apenas na Geografia tradicional é ponto de partida importante para nós: “As limitações dos estudos sociológicos, antropológicos, históricos e geográficos sobre o problema da fronteira e sua expansão interna, em diferentes países, especialmente no Brasil, podem ser facilmente reconhecidas no domínio que neles tem o favorecimento epistemológico da ideologia do pioneiro” (MARTINS, 2009, p. 12).

Os estudos de Martins foram também a base teórica de diversos autores da Geografia agrária, na qual se aplicava a teorização luxemburguista da reposição da acumulação primitiva, observando uma dupla faceta da fronteira agrícola (MARTINS, 1998, ver intro). Nela haveria, nas frentes de expansão, a abertura para uma ocupação dos meios de produção pela população:

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como *frente de expansão*. (...) Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadorias na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista. (...) O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas

não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro (MARTINS, 1975, p. 46).

Observa-se, assim, uma contraditória ocupação da terra na fronteira por posseiros que, apesar de não pagarem por ela, seguem articulados à economia de mercado por meio dos excedentes que produzem e comercializam e por serem eles mesmos excedentes demográficos dela, na visão do autor. Por outro lado, esta mesma expansão abria caminho para a posterior expropriação dos mesmos posseiros pela instalação de fazendas, ranchos e mineradoras, que assim compunham a frente pioneira do capital.

Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto-chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser regulador da riqueza e da pobreza (MARTINS, 1975, p. 47).

A contradição do processo também poderia ser vista como sendo um duplo humanização/desumanização da paisagem natural, mas sobretudo reiterava os pressupostos de uma nova frente de expansão e do próprio campesinato retornando a si. Ressaltamos aqui a dimensão de crise do capitalismo assumida na base teórica de Rosa Luxemburgo (1985), sendo a frente pioneira uma contenção parcial da mesma, algo que em David Harvey (2005) foi teorizado como um *ajuste espacial*.

Para este autor, retomando as formulações de Von Thünen, seria na fronteira em que também o trabalhador poderia encontrar as melhores condições para negociar, diminuindo a pressão a que está submetido nas regiões metropolizadas, concentradas, ou zonas de localização econômica no que se refere à violência econômica, e por isso não raro era submetido ao trabalho na fronteira por meio da violência extra-econômica (OLIVEIRA, 2008).

Na fronteira da planície cultivada do Estado Isolado, onde há terras sem donos em quantidades ilimitadas, nem a arbitrariedade dos capitalistas, nem a concorrência dos trabalhadores, nem a magnitude dos meios necessários de subsistência determinam o valor dos salários, mas **o produto do trabalho é o próprio padrão dos salários** (HARVEY, 2005; 101 – grifos nossos).

Nestas condições, caracterizadas pelo acesso dos trabalhadores à terra, o meio de produção primordial, impedir-se-ia a exploração, numa fórmula mágica (a produção segundo a necessidade). Não podendo simplesmente propor a generalização das condições de fronteira, o autor sugere o uso de sua fórmula mágica para que se apure o valor do salário a ser imposto socialmente pelo Estado isolado: “Von Thünen conclui que o salário natural em todo o Estado isolado se fixava pela fórmula $\ddot{O}ap$, onde a representa as necessidades mínimas de subsistência do trabalhador e p o produto do seu trabalho” (HARVEY, 2005, p. 103).

Perceba-se que a suposição de harmonia espontânea proposta pela economia política é simplesmente substituída por um cálculo racional realizado pelo Estado. Não há sequer luta política nesta definição, trata-se de uma nova formulação da harmonia. Desse modo, a fronteira seria condição para o referido equilíbrio: “A existência de uma fronteira livremente acessível e aberta parece necessária para a obtenção do salário de equilíbrio” (HARVEY, 2005, p. 104). Neste sentido, parece só haver renda diferencial I (aquela derivada de diferenciais de localização ou fertilidade; ver MARX, 1985) na análise de Von Thünen e relações de *violência extra-econômica* são desconsideradas, como mostra Harvey:

O solo fértil está disponível em vastidões ilimitadas por pouco ou por nada (...) apenas a distância ao mercado pode impor limites para a distribuição da cultura agrícola. Mas esses limites são empurrados sempre para mais longe por meio do trânsito de barcos a vapor nos rios e da construção de canais e ferrovias. Ali o salário *Öp* é, de fato, alcançável e foi realmente alcançado, pois, na América, encontramos uma relação entre o salário e a taxa de juros correspondente à fórmula que desenvolvemos para solo fértil. Em consequência dessas relações entre trabalhadores e capitalistas, percebemos, na América do Norte, bem-estar generalizado, que cresce a passos largos. Ali, inexistente divisão bruta entre as diversas ordens sociais (Dempsey apud HARVEY, 2005, 105).

A remissão de Harvey a Von Thünen como uma formulação de positividade da fronteira é apontada pelo próprio geógrafo como uma romantização do caso estadunidense, ficando, portanto, aquém da formulação de José de Souza Martins (2014, p.11), que a trata como processo pautado por um “caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”. Tal caráter explícito da exploração pode ser particularizado segundo a proposição de Francisco de Oliveira (2008) quanto à constituição de *regiões* “fechadas” ou “monopolizadas” pelas classes dominantes, colocando em questão a suposta “liberdade” e “harmonia” da fronteira. Nesse sentido, a “abertura” da região tampouco significaria o esgotamento da exploração do trabalho:

O “fechamento” de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E, nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção. [...]. A “abertura” da região e a consequente “integração” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida e, por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional. (OLIVEIRA, 2008, p. 151-2).

De todo modo, o uso do termo *fronteira agrícola* qualifica a região territorializada pela atividade produtiva que passa a reproduzir-se na área, como se se tratasse de uma leitura de paisagem. Assim, as respostas mais interessantes da Geografia marxista não deixam em segundo plano as relações de trabalho que emergem no debate, como no conceito de região econômica e política proposto por Francisco de Oliveira (ver SEABRA & GOLDENSTEIN, 1982), ou nos conceitos de *territorialização do capital* e *monopolização do território*, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016).

Temos utilizado o conceito de *territorialização do capital* de uma forma distinta a deste último autor, que reserva o termo para áreas em que as relações de trabalho passam a ser assalariadas, tornando-se elas o que Francisco de Oliveira

(2008) qualificou como “zonas de localização econômica”. Tomando a territorialização do capital como um processo de totalidade, este seria um dos momentos de inflexão do processo. Vista desta perspectiva, desde a Geografia de uma universidade formada em uma metrópole pós-colonial, a territorialização do capital nos parece ser o processo iniciado na colonização, a partir do século XVI, com uma dinâmica central na assim chamada Acumulação Primitiva. Mas antes de desdobrarmos nossa análise para a região do MATOPIBA¹ e sua relação com a totalidade capitalista é relevante voltar a um comentário feito por Pasquale Petrone sobre o uso corrente nos anos 1970 do conceito de *colonização*. Não se trata de mero capricho, pois a atualidade não pode ser compreendida adequadamente, de nosso ponto de vista, senão como um processo de territorialização fundado no colonial e, além disso, é necessário não abandonar a reflexão sobre a produção do conhecimento em metrópoles internalizadas em Estados nacionais de origem colonial.

3. Colonização em dois sentidos, ou a contradição da colonização?

Aludimos mais acima, brevemente, que Leo Waibel (1979) e Pierre Monbeig (1998) apontavam, de maneira contraditória, a importância econômica, social e histórica da *frente pioneira* como superação do passado colonial, ao passo que enxergavam um desperdício de recursos na maneira como esta se dava. Monbeig (1998) chegava mesmo a apontar a possibilidade de uma transformação das áreas antigas degradadas; transformação possível pela ação da indústria, da cidade e da ciência, justamente pela formação de um mercado interno. Indicamos, ainda, de passagem, a esperança de Waibel (1979) de uma ocupação produtiva dos Cerrados, distinta da forma predatória que pautava a expansão das zonas pioneiras de então. Retomaremos aqui o debate proposto por um professor universitário que foi aluno de Pierre Monbeig, e que escreve no momento seguinte àquele dos referidos “pioneiros” da Geografia universitária brasileira. Nele veremos uma crítica esboçada contra a formulação de um representante da Geografia tradicional quanto ao conceito de *colonização*.

Ao comentar o **Simpósio “Perspectivas da colonização no Brasil”** da AGB, realizado em 1973, Pasquale Petrone afirmaria que, numa perspectiva histórica, o país é nitidamente resultante de uma *soma de colonizações*. No entanto, o sentido da colonização, da fase anterior à Independência, não seria necessariamente o que se procurava dar ao fenômeno naquele momento (PETRONE, 1973, p. 53). Tomava-se, portanto, o conceito na acepção genérica de Max Sorre, como “expansão do ecúmeno”. Petrone (1973) perguntava, então, se haveria algum motivo que autorizasse este uso genérico, ou seria uma simples imprecisão conceitual, característica de uma Geografia sem compromisso com a formulação de conceitos historicamente determinados.

1 Acrônimo para os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Para caracterização desta “região do desenvolvimento” formatada enquanto tal também em decreto estatal pela então presidente Dilma Rousseff (2011 – 2015) em 2015, ver PITTA, BOECHAT e MENDONÇA, 2017.

O autor mostra a existência de um vínculo histórico entre a colonização da segunda metade do século XVIII e a da segunda metade do século XX. Nos dois momentos históricos é a *colonização integrando o país*. No entanto, ambos se diferenciariam, pois a colonização do século XX teria sua origem em uma zona velha no interior do próprio território nacional, a área *core* industrializada, beneficiada pela colonização anterior (PETRONE, 1973, p. 53-7). A diferença estabelecida pelo autor se refere ao “sentido da colonização”, de Caio Prado Jr. (2000), voltado para o exterior. Desta forma, a colonização promovera acumulação de capital na zona velha, uma área no interior do país. Neste momento seria possível afirmar que a acumulação de capital foi internalizada ao território nacional, pelo menos em parte.

Pasquale Petrone (1973) comenta que, em função dos aspectos espetaculares assumidos pela colonização, naquele momento histórico relacionados com a industrialização, estes teriam passado a interessar a opinião pública. Este interesse torna possível compreender inclusive a realização do Simpósio suprarreferido, segundo o professor. E colonização naquele momento também podia ocorrer, em oposição ao conceito genérico de Sorre (1984), em territórios de povoamento mais ou menos antigos. Assim, a valorização das regiões colonizadas permanece, mas beneficiando zonas velhas, posto que a colonização decorre de estímulos externos à área colonizada (PETRONE, 1973, p. 51).

Parte desta contradição pode ser explicada, como adverte Petrone em seu artigo, pela “imprecisão terminológica e conceitual” (PETRONE, 1973, p. 50). No entanto, o conceito genérico de colonização está em contradição com o momento histórico no qual é formulado. É isso que Petrone mostra na relação entre os termos. O *sentido profundo da colonização* (NOVAIS, 1969) é promover a acumulação primitiva na Europa; o rompimento do exclusivo metropolitano e a formação do Estado nacional brasileiro encerram o período colonial e iniciam o processo de internalização da acumulação de capital. Desde meados do século XX, há entre as zonas velhas beneficiadas a área *core* nacional: é outra, mas é a mesma, em um processo de diferenciação de áreas que é um dado social, mas objetivo. Por isso, sem ser um momento do sistema colonial, encerra em si a prática da colonização.

Ao mesmo tempo não se pode deixar de repor o argumento de Max Sorre (ver SORRE, 1984) que restringe o fenômeno da colonização à suposta humanização da paisagem, expressa no movimento da fronteira agrícola. Tomando a reformulação proposta por Fernando Novais (2005), o argumento se explicita: trata-se do movimento geral de valorização econômica do espaço terrestre; processo que, a partir dos tempos modernos, assume a feição de europeização do mundo (NOVAIS, 2005, p. 25). Fica claro que a *valorização do espaço*, ao menos no contexto considerado pelo autor, é estabelecida pela chegada do europeu em moldes já esboçados na introdução de **Formação do Brasil contemporâneo**,

de Caio Prado Jr. (2000). Por isso, aquilo que aparece como um processo de humanização da paisagem, aparece como europeização do mundo.

A caracterização do processo de colonização como europeização do mundo sugere que o sentido do processo em questão seria o das colônias de povoamento. No entanto, o sentido aqui é o oposto, buscar beneficiar áreas velhas. Segundo o conceito de Prado Jr. (2000, p. 19-20), o “sentido da colonização” é explorar recursos naturais de um território virgem em favor do comércio europeu. Aquilo que Novais (2005) caracteriza como europeização do mundo constituiu-se, para Prado Jr. (2000), numa sociedade com características nacionais e qualidades de permanência, o que seria um ponto de concordância com Gilberto Freire (1965, p. 25). Portanto, a europeização do mundo não se restringe ao e nem tem como sentido o povoamento com migrantes europeus.

Prado Jr. (2000) estabelece uma noção de Europa como exterior, que pressupõe a existência de um território colonial brasileiro (o que se justifica pela sua perspectiva de compreender a síntese do processo colonial, em sua crise no século XIX). A colonização discutida por Petrone (1973) diferencia a zona velha no interior do território do Estado nacional brasileiro já formado, ainda que os descendentes de europeus sigam ocupando a maioria dos postos de comando na territorialização do capital, e ainda que a afirmação da mestiçagem e a incorporação da cultura dos povos colonizados passe a ser parte do processo dirigido pelo Estado. *O que há em comum a dois períodos tão diferentes é, em última análise, o processo de acumulação de capital como finalidade do processo.*

No momento atual, as políticas de inclusão apoiadas pelos organismos do capital mundial, incluindo paradoxalmente as mulheres (SCHOLZ, 2005 e 2016) revelam que há mais a ser dito. Ainda assim, as formulações acima revelam que existe a possibilidade de uma zona velha ser beneficiada pela colonização da outra. Neste sentido, torna-se relevante refletir sobre como o MATOPIBA, área a ser aqui discutida percebe o processo.

4. Que colonização produz o MATOPIBA?

É interessante observar que o caráter contraditório da territorialização do capital não permite que a análise se atenha ao contexto regional que parece reproduzir processos já ocorridos em outras áreas em especial nas metrópoles, algo como uma não-simultaneidade (KURZ, 2000) que em processo metropoliza a vida local. Trata-se do processo que conduz da sociedade “primitiva” à sociedade “evoluída” nos termos do fundador da teoria do valor trabalho, Adam Smith (1974, cap. 6). No entanto, não-simultaneidade é um fenômeno fetichista que não reproduz sequer as metrópoles como objetividade acabada, a metropolização é crítica e é reprodução ampliada da catástrofe (KURZ, 1995). A marca da particularidade aqui

estudada é a relação com o capital como totalidade; assim, simultaneamente à formulação de Petrone, em meio ao Simpósio da AGB, de 1973, estourava a chamada *crise do petróleo* e uma importante transformação no sistema financeiro internacional estava em curso, articulada a uma transformação interna na forma de reprodução ampliada dos capitais industriais, que poderia posteriormente ser concebida como *acumulação flexível* (HARVEY, 2007) ou como Terceira Revolução Industrial, a da Microeletrônica (KURZ, 1995). O quanto estas mudanças viriam a impactar as formas de colonização e territorialização do capital procuraremos indicar ao final desse artigo. Para o momento, podemos pensar brevemente, no entanto, no lugar social conferido à colonização pelo Estado nacional formado, relacionando a integração nacional ao desdobramento da indústria nacional, em meio a uma variedade de crises.

Assim, a estratégia econômica adotada no **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (PND – 1975 – 1979) foi explicitamente a de promover a constituição de conglomerados financeiros, visando uma centralização de capitais que permitisse que empresas nacionais pudessem competir na nova ordem internacional, cabendo uma associação com o capital estrangeiro no provimento de tecnologias avançadas e investimentos (BRASIL, 1975, p. 47-55). Embora soe como repetição da colonização do Antigo Regime, na medida em que a territorialização do capital assume a forma de europeização do mundo, ainda que o capital estadunidense fosse majoritário no período em questão, vemos um processo que se explica nacionalmente como etapa de um desdobramento do Departamento de Bens de Consumos Duráveis da indústria nacional (OLIVEIRA, 1977).

No entanto, tal política de industrialização se articulava à política de integração nacional que incluía a ocupação do “universo brasileiro” (BRASIL, 1975, p. 56), mostrando que a “zona pioneira” do capital industrial mundial era, por sua vez, a “zona velha” em relação às demais, com a adiantada internalização de áreas *core* centralizadas no Sudeste brasileiro. A ocupação da *hinterlândia* era concebida aí como política populacional que promoveria a criação de novos empregos na fronteira agrícola, mas sobretudo como fonte de produção de alimentos e matérias-primas, por meio de “blocos integrados de investimentos em polos, distritos agroindustriais ou outras formas, permitindo a adoção de prioridades nítidas e controle dos resultados fisicamente, por área” (BRASIL, 1975, p. 60). A política de colonização se somava à de promoção de grandes investimentos, sempre com a preocupação, ao menos em tese, de evitar uma “regressão econômica” (FURTADO, 2000):

É de prever-se que o programa de colonos e pequenos produtores, pela densidade demográfica da região e pelas suas características físico-climáticas terá mais ênfase no Nordeste e em certas áreas, limitadas do Centro-Oeste e da Amazônia. Na implantação dos programas de empresas, evitar-se-ão distorções, como a de atribuir sentido de feudos a tais explorações, limitando-se a concessão de terras ao estritamente necessário à atividade produtiva. Também se procurará impedir a tentativa de usar a terra principalmente como investimento fundiário, controlando-se a implantação efetiva dos projetos, em prazos bem definidos (BRASIL, 1975, p. 61).

Dessa maneira, a política de modernização da agricultura brasileira, no caso da produção de soja, transformou a ocupação do Cerrado, a partir dos anos 1970, e aprofundou processos de expropriação, tanto no que diz respeito à expulsão direta de posseiros, agregados das fazendas pecuaristas, como também de indígenas e pequenos produtores que viviam naquela

região², quanto em relação à concentração e centralização do capital (MARX, 1983, Cap. XXIII: A lei geral da acumulação capitalista) dos diferentes momentos da produção e processamento das agroindústrias nas mãos da indústria à montante e à jusante da produção e das *tradings* (MENDONÇA, 2013). Os resultados dessa política, amparada pelas pesquisas da EMBRAPA e co-financiada com investimentos japoneses (JICA, 2017), ficam visíveis na materialização da expansão da área de produção de soja:

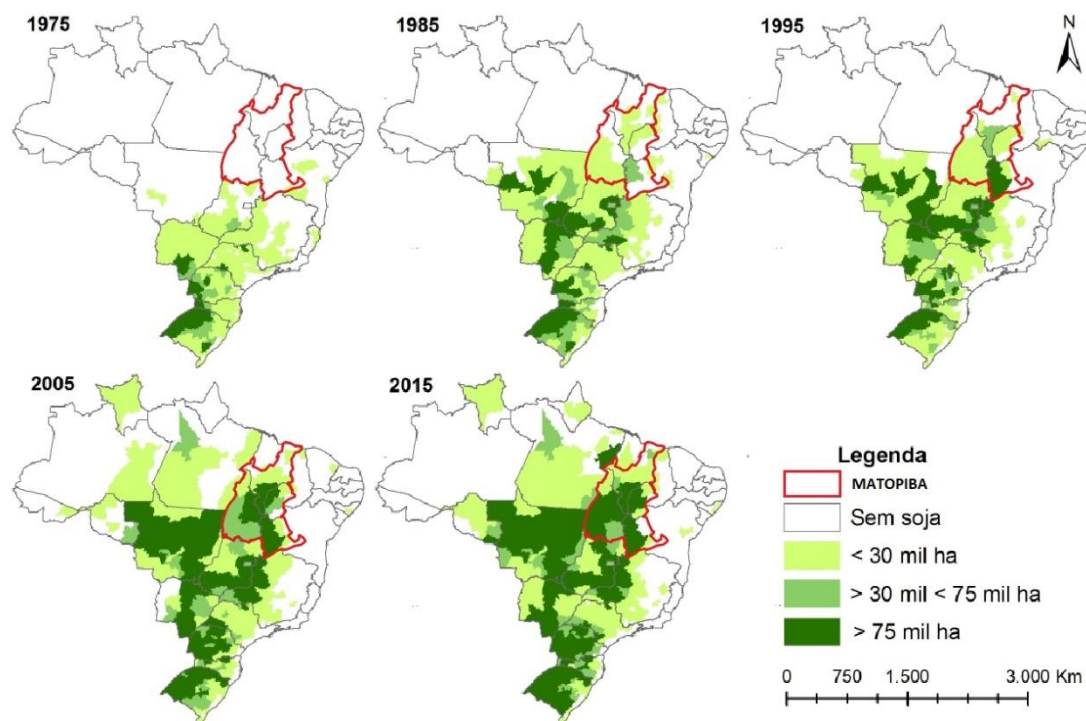


FIGURA 1 –

Área plantada com soja por microrregião (1975, 1985, 1995, 2005 e 2015) e destaque para a região do MATOPIBA

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaboração: Niederle e Wesz Jr., 2018.

2 No Paraná, em Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, é de suma importância ressaltarmos aqui, foi aprofundado um processo de expropriação dos Guarani (Kaiowá, M'byá, Nandeva e Avá) das terras que ainda ocupavam. Muitos foram apresados e aldeados em ínfimas parcelas de terra localizadas nas periferias das cidades do interior de tais estados, aldeamentos estes criados na primeira metade do século XX pelo órgão estatal responsável pela política indigenista, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Tais aldeamentos se caracterizam pela reduzida extensão e pela insuficiência para a reprodução social dos Guarani, que acabam tendo que se vender como força de trabalho superexplorada nas produções de *commodities* das agroindústrias do campo brasileiro. Sobre a expropriação dos Guarani ver os seguintes relatórios de pesquisa da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial* (PITTA, XAVIER, & MENDONÇA, 2012) e *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil* (PITTA, XAVIER, NAVARRO & MENDONÇA, 2014).

A forte expansão sobre o Cerrado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, a partir dos anos 1970, conduziu sojicultores e fazendeiros menos produtivos a venderem suas terras e produções, a partir de uma dinâmica de crise de seus capitais e a migrarem para locais de terras mais baratas e ainda não ocupadas pela produção agroindustrializada, promovendo uma expansão da fronteira da soja tanto para a Floresta Amazônica, como para o Cerrado do Nordeste, incluído aí o chamado MATOPIBA. Ao mesmo tempo, grandes produtores também passaram a expandir suas produções para tais regiões de terras baratas passíveis de subirem de preço, justamente em razão dos incentivos para tal movimento.

Desse modo, a partir dos governos da ditadura militar (1964 – 1985), a modernização do campo se transformou em um dos carros chefe das políticas públicas. Desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR, em 1965), passando pelo **I Plano Nacional de Desenvolvimento** (PND, 1968 – 1973), correspondente ao que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, e pelo II PND (1975 – 1979), aprofundaram-se as contradições do modelo de desenvolvimento adotado, explicitadas também com a ajuda de uma conjuntura internacional adversa agravada após a crise do petróleo de 1973, levando à “explosão” no Brasil da dívida pública e privada internacional (DAVIDOFF, 1984), da inflação, da superexploração do trabalho (tanto urbana quanto rural) e das expropriações no campo. Por outro lado, a expansão da fronteira agrícola e a privatização de terras de uso comum potencializaram a tensão e os conflitos no campo, corroborando processos de expropriação (LEITE, 2015). Se, de um lado, a “marcha para o Oeste” compunha a integração nacional, desde os anos 1940, ela adquiriria novos significados com a “militarização da questão agrária” atrelada à Revolução Verde. A possibilidade de acesso à terra na fronteira agrícola passaria a ser condicionada pelo planejamento regional e pela ascensão de um novo modelo produtivo (CLEMENTS e FERNANDES, 2012).

Para finalizar essa parte do artigo, ressaltamos, porém, a centralidade da ciência brasileira, sobretudo pela atuação da EMBRAPA em meio ao PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), na alavancagem do pioneirismo que chega ao MATOPIBA, a ponto de perspectivas apologetas do agronegócio verem nela um dos pilares da constituição de um mundo rural inteiramente novo no Brasil (BUAINAIN et al, 2014; para uma crítica ver BOECHAT e KLUCK, 2017). O desdobramento que encontramos da internalização da metrópole se reveste, assim, da possibilidade de uma colonização interna em bases científicizadas, assumidas por “nossas” próprias instituições e empresas. Assim, o *land grabbing* nacional se esquia no discurso contra a estrangeirização de uma autocrítica:

(...) on its own the ‘foreignization narrative’ can be problematic as it is fraught with contradictions: recent foreignization of land is not acceptable, but foreignization of capital and investments which has been creeping in the region much earlier and which ultimately indirectly captures (land) resources is welcomed; exploitation by foreigners is not socially acceptable, but exploitation by national classes of capital is tolerable. (...) Does land grab necessarily and always requires foreignization of land property? Not really, as we have argued earlier using the notion of control grabbing. Conversely, does foreignization of land always imply land grabbing? – as one wonders about the small- and medium-scale individual land acquisitions by natural persons from Brazil in Paraguay or Bolivia – a process we categorize in this paper as part of the everyday forms of dispossession by differentiation which we exclude from our definition of land grabs (BORRAS et al., 2012, p. 863).

Porém, ainda que venha a encontrar na crítica ao capital nacional o foco da problematização de uma territorialização do capital, como em Ariovaldo U. de Oliveira (2011), exime-se geralmente aí também de uma compreensão sobre as reais implicações que a cientificação do capital em geral (tanto nacional como estrangeiro) promove. Enquanto particularizamos, a seguir, a abordagem sobre o “pioneirismo” no MATOPIBA, procuraremos avaliar as transformações da totalidade, isto é, os impactos das mudanças da composição orgânica do capital sobre a reprodução ampliada do mesmo. Assim, buscaremos pensar as transformações da fronteira agrícola como parte das transformações imanentes da sociedade capitalista como um todo, indicando uma qualificação abrangente da crise tanto do trabalho como do capital que não pode mais ser superada pelo “ajuste espacial”.

5. A chegada das imobiliárias transnacionais agrícolas e a revelação do nexó com o capital fictício

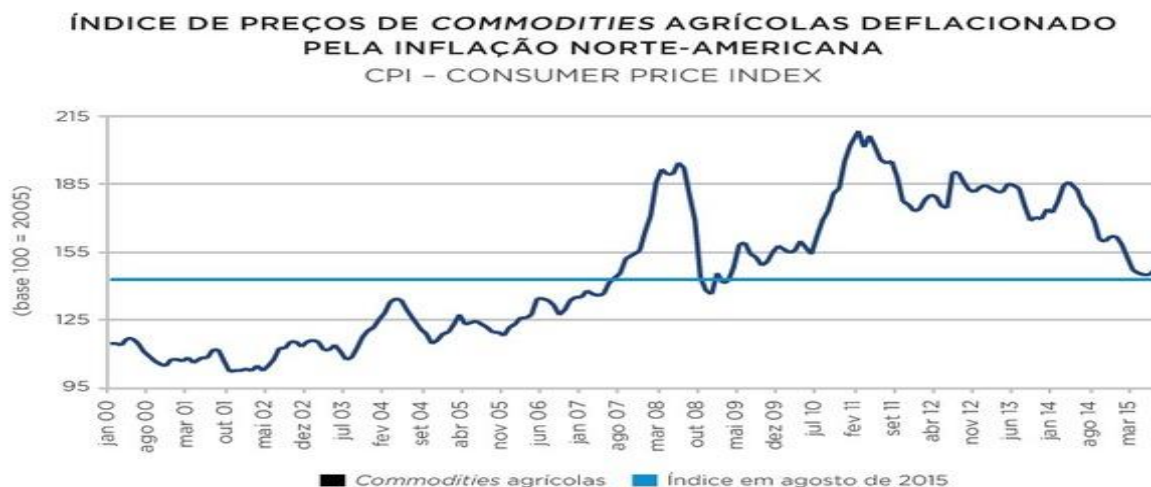
A partir de 2013 iniciamos uma série de visitas à “região” do MATOPIBA, a fim de apreendermos os fenômenos de expropriação de terras sobre comunidades rurais na recente territorialização do capital daquilo que se passou a denominar (equivocadamente) de “última fronteira agrícola” no Brasil, fenômenos estes movidos pela expansão recente da produção de soja do Centro-Oeste para a região em questão. Nos anos subsequentes, em cinco ocasiões diferentes, passamos pelo oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí.

Podemos explicitar que a abertura da fronteira agrícola por meio do desmatamento direto do Cerrado nativo nas áreas de chapada do MATOPIBA para implantação da produção de soja mecanizada, a expropriação dessas áreas por meio da grilagem de terras (que anteriormente eram devolutas e de apropriação por parte de comunidades rurais) e as personificações que movem a territorialização do capital que ali vem ocorrendo diferem tanto na forma em que ocorrem quanto no seu sentido em relação aos casos anteriores. Recentemente, por sua vez, o capital ali presente tem como seu determinante fundamental capitais a juros transnacionais (de proveniência tanto do Brasil, como de outros países), investidos tanto na produção de soja com alta composição orgânica do capital nas áreas de chapada, quanto investidos na terra como ativo financeiro, em um processo que se auto-re-alimenta. Eis aqui a novidade. Para entendermos tal fenômeno, brevemente iremos aqui apresentar o caminho de nossas pesquisas, os quais nos conduziram a tais apreensões, e que têm implicações para a crítica teórica que aqui sugerimos.

Desde 2003, viemos acompanhando a expansão da agroindústria sucroenergética no Centro-Sul do Brasil. Sugerimos que a partir de 2002/2003 iniciou-se um “ciclo” de alta dos preços das commodities nos mercados de futuros internacionais, que fomentou a expansão em termos de produção e produtividade, como em área (extensão), das principais commodities produzidas no Brasil (incluídas aí o açúcar, no caso a cana-de-açúcar, como sua matéria-prima; e a soja, para focarmos nas duas que serão aqui apresentadas). Tal ciclo esteve relacionado a uma alta especulativa de tais preços, que apostava

no crescimento econômico da China, como justificativa para alavancar rendimentos financeiros (PITTA, 2016) que provinham da realimentação altista destes em mercados de derivativos.

Gráfico 1:



Fonte: FMI; U.S. Bureau of Labor Statistics

Org.: SERIGATI, 2015.

Determinada por tais preços, a territorialização da produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol no Brasil (principalmente no Centro-Sul), a partir do mesmo período, moveu o aumento da produtividade dos canaviais, assim como a expansão em área dos mesmos (PITTA, MENDONÇA & XAVIER, 2012). As empresas fornecedoras de cana e as usinas se endividavam em até cinco safras sobre os preços futuros do açúcar no mercado internacional (em dólar, a juros baixos) e prometiam pagar suas dívidas com entrega de açúcar exportado para as *tradings* que as financiavam (PITTA, 2016). Mecanização da colheita de cana, expansão para os estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, expulsão da força de trabalho do processo produtivo, mortes nos canaviais e condições análogas à escravidão sobre pilotos de colhedoras mecânicas foram e são realidades deste processo.

A partir de 2008, com a crise “financeira” e capitalista mundial (KLIMAN, 2012), ocorre uma queda brusca desses preços especulativos, conforme podemos observar no Gráfico 1, acima. Tais preços se recuperam (devido a novo “ciclo de liquidez” internacional, relativo à impressão de dinheiro movida pelos bancos centrais de EUA e União Europeia), mas apresentam uma tendência de queda a partir de 2012, que se aprofunda a partir de 2014. Diversas são as usinas que entram em recuperação judicial e falência a partir de 2008 em diante (PITTA, 2016).

Pesquisando sobre as consequências deste processo, verificamos que algumas empresas, determinadas por tais características da territorialização do capital no campo brasileiro no século XXI, haviam passado a investir na terra como mercadoria como seu principal negócio. Desde 2008, Radar S/A, SLC LandCo., BrasilAgro S/A, Insole Agropecuária, Vision

Investimentos, para citarmos só algumas³, foram criadas, resultado da fusão de grandes monopólios do agronegócio brasileiro com capitais financeiros transnacionais a fim de investirem estritamente no negócio com terras.

Em um primeiro momento, formulamos como hipótese, que muitas das empresas em dificuldade financeira estariam adquirindo terras a fim de servirem de lastro para novas rodadas de endividamento na tentativa de rolar dívidas anteriores, com as quais estavam insolventes. Porém, tal hipótese não se confirmava na realidade, posto que diversas empresas da agroindústria sucroenergética não tinham capital, nem acessavam capital de empréstimo para tanto. Expandiam sua área por meio de arrendamentos apenas, na tentativa de entregar em açúcar e, minimamente, garantir seus compromissos financeiros. As empresas que haviam criado o novo negócio de terras como ativo financeiro não abrangiam a totalidade das empresas do setor sucroenergético, nem da produção de soja. Apenas alguns grupos, ao se associarem com investidores transnacionais que também aportavam grandes volumes de capital no negócio, é que constituíram imobiliárias agrícolas transnacionais e estavam adquirindo terras nas áreas de fronteira agrícola, como o MATOPIBA.

O caso da empresa Radar S/A sintetiza o que estamos aqui tentando explicitar. Em pesquisa de 2015 (PITTA & MENDONÇA, 2015 e 2018), constatou-se que a empresa Radar S/A – proveniente da fusão entre Cosan S/A (maior conglomerado de usinas de açúcar, etanol e eletricidade do país) e TIAA (Teachers Insurance Annuity Association), fundo de pensão dos professores dos EUA, com mais de 1 trilhão de dólares de patrimônio – estava comprando fazendas em Balsas/MA, Alto Parnaíba/MA, Santa Filomena/PI, entre outras cidades do MATOPIBA. Estas aquisições foram feitas em áreas que não tinham qualquer relação com a expansão em área para produção de cana-de-açúcar, sendo o açúcar o ativo original como mercadoria produzida até então pela Cosan S/A. Estavam adquirindo terras muito baratas, fazendas recentemente formadas a partir de grilagens de terras, expropriações e desmatamento direto do Cerrado, no MATOPIBA. A terra como ativo financeiro havia se tornado o negócio em questão.

Em trabalho de campo realizado em Santa Filomena/PI, município muito próximo de Monte Alegre e Bom Jesus (citados acima por Sr. Paulo) e também próximo a Balsas e São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão (citada acima por Ivan Aider), visitamos a Chapada Até Que Enfim / Fortaleza. Ali, SLC LandCo, Radar S/A e Insolo Agrícola (com investimentos da Universidade de Harvard – ver, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018) possuem fazendas que produzem soja, mas também apresentam boa parte de suas áreas ainda com Cerrado nativo não desmatado (VALOR ECONÔMICO, 01 de abril de 2013b). Em alguns momentos das visitas de campo nos foi possível presenciar o próprio processo de desmatamento do Cerrado e a formação da fazenda. Ao mesmo tempo, e isso é sintomático, no final de 2016, a Cosan S/A vendeu a grande maioria de suas participações na Radar S/A para o fundo TIAA (manteve 3% das mesmas), realizando a renda capitalizada da terra em relação aos preços que pagou ao adquirir suas propriedades quando da formação da empresa (VALOR ECONÔMICO, 30 de set. de 2016).

Em relação à SLC LandCo, Insolo Agrícola e BrasilAgro, vale dizer que o capital transnacional de origem de seus investimentos provém tanto da agroindústria da soja como de capitais financeiros internacionais. Com a alta dos preços das *commodities*, ocorreu, assim como no caso da produção de açúcar no Centro-Sul, expansão em produção,

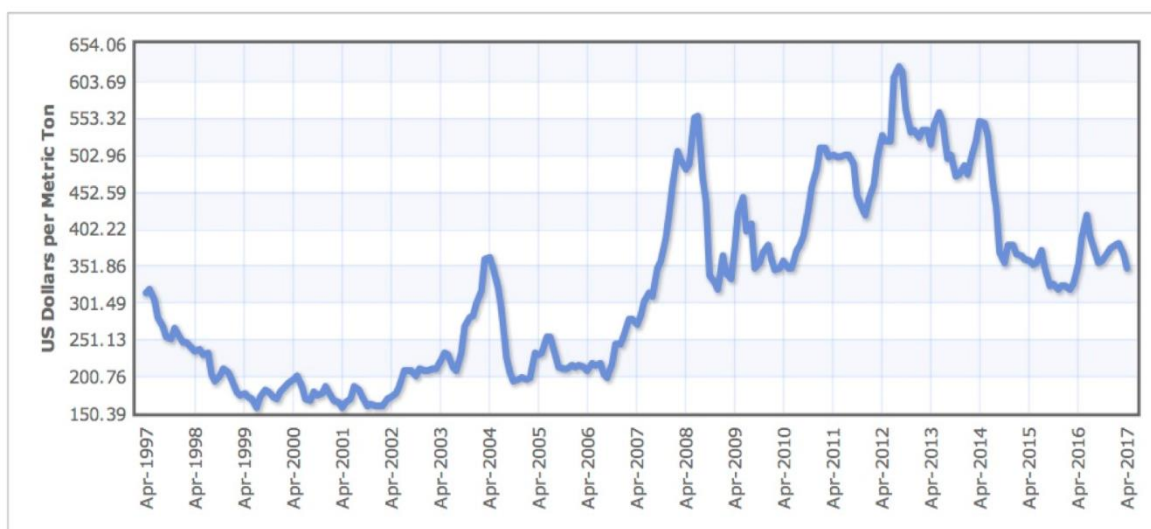
3 Para maior detalhamento ver Pitta, Cerdas e Mendonça (2018).

produtividade e área para produção de soja e especulação com a mesma em mercados de futuros internacionais e foi somente após isso que imobiliárias agrícolas transnacionais, focadas nos investimentos na terra como ativo financeiro, foram formadas (PITTA, CERDAS & MENDONÇA, 2018).

O segundo problema de pesquisa, então, em relação à formação de tal tipo de empresa e de investimento, assim como sua presença prioritária no MATOPIBA, passou a ser o seguinte: como tais empresas investiam capital e logravam realizar seus rendimentos financeiros com a compra e venda de terras nesta região de formação de fazendas e expansão da fronteira com soja, em um momento de queda nos preços das commodities, inclusive nos preços da soja, como é possível se verificar no Gráfico 2, abaixo?

Gráfico 2:

Preço da soja anual, Bolsa de Chicago, em US Dólares (1997 – 2017)



Fonte: Banco Mundial, consulta online em maio de 2017:

<<http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=soybeans&months=240>>.

Ao mesmo tempo, é possível apreender que os preços da terra como ativo financeiro não pararam de subir, pelo menos desde 2007. A Tabela 1 e o Gráfico 3, abaixo, podem ser interpretados como sendo a terra um dos principais ativos financeiros para investimentos da última década (aproximadamente) e especialmente no MATOPIBA:

Tabela 1:

Comparação da inflação de ativos financeiros no Brasil (2013-2016 e 2006-2016)

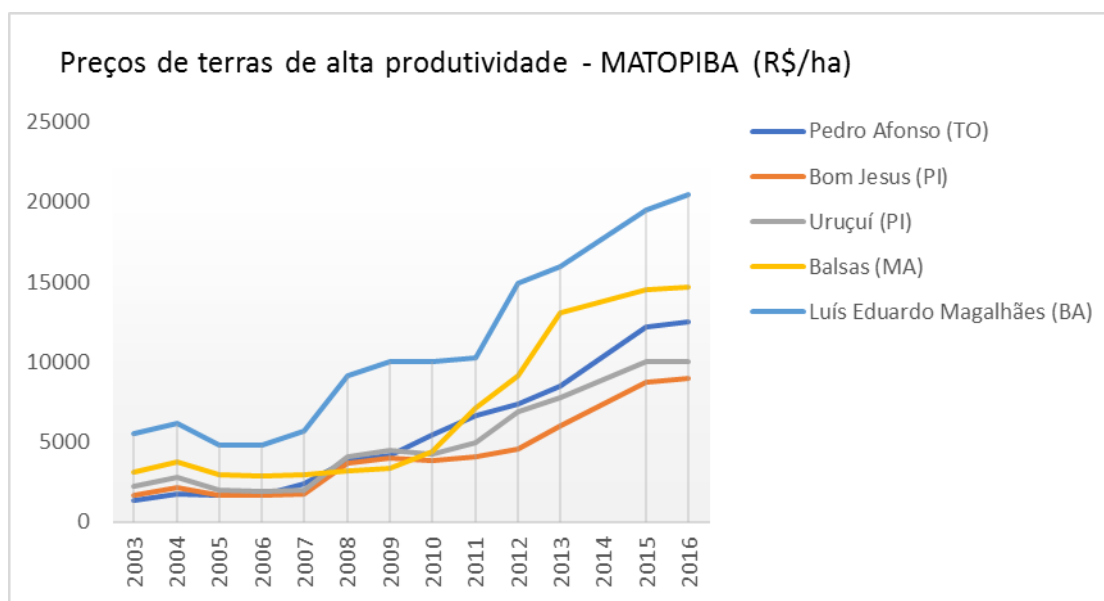
Indicador	Valorização no período (3 anos)	Valorização no período (10 anos)
Dolar	39%	52,70%
Renda Fixa (CDI)	43,51%	183%

BOVESPA	28,95%	38,10%
Ouro	30,33%	164%
Terra	15,66%	220%

Fonte: SLC, 2017, p. 62.

Org.: Cassio A. Boechat

Gráfico 3:
Preço da terra no MATOPIBA (2003 – 2016)



Fonte: InformaEconomics/FNP (<<http://www.informaecon-fnp.com>>)

Org.: Débora Lima. Preços corrigidos pelo IGP-M (índice Geral de Preços do Mercado) para abril de 2015. Atualização para os anos de 2015 e 2016 por Tim Steinweg e Hilde van Dijkhorst (AidEnvironment-Holanda)

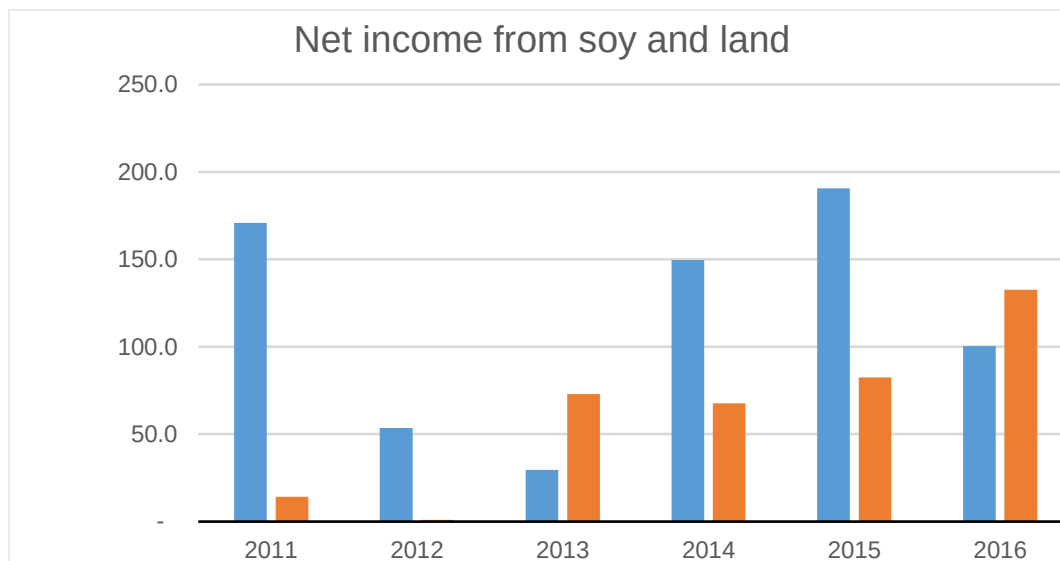
Até mesmo na contabilidade das empresas (sempre uma *objetividade fantasmagórica* – MARX, 1983 – e um discurso interessado, assim como os dados acima apresentados até aqui e os quais interpretamos, vale explicitarmos) aqui supracitadas, os rendimentos com a terra como ativo financeiro aparecem como tendo se tornado mais relevantes que a própria produção e comercialização das *commodities* nas quais centravam seus investimentos até então, como é o caso dos dados apresentados abaixo para a SLC Agrícola para o ano de 2016 (holding da qual a SLC LandCo faz parte). Temos, assim, que o preço da terra se autonomiza dos preços futuros, já especulativos das *commodities* (BRENNER, 2003; onde o autor já prevê o *boom* das *commodities* após a quebra da bolsa de tecnologia estadunidense NASDAQ, em 2001; e KURZ, 2011⁴) – os quais, em tese, deveriam apenas capitalizar uma renda da terra relacionada a tais preços

4 Assim, a prosperidade brasileira dos últimos anos assenta em pés de barro. O sucesso de exportação baseia-se principalmente em matérias-primas industriais e agrícolas, como minério de ferro, açúcar, etanol (biocombustível a partir de cana de açúcar), café e carne. A forte

(DELGADO, 1985, p. 204) – e se tornam um negócio à parte capaz de realimentar o processo de inflação de seu preço conforme haja continuidade de demanda sobre o mesmo.

Gráfico 4:

Receitas SLC Agrícola/LandCo, em R\$ milhões (2011-2016), Soja (azul) x Terra (laranja)



Fonte: SLC, 2017a

Org.: Tim Steinweg (AidEnvironment ONG)

A terra como ativo financeiro no Brasil, que pode funcionar como a ação de uma empresa negociada em bolsa de valores – em um mercado a fim de realizar ganhos de capital, ou seja, rendimento de capital a juros (ou fictício, quando não vinculado a um processo de exploração e realização social de mais-valia no tempo de trabalho socialmente necessário para tanto – MARX, 1985, L. III, Seção V) por meio da diferença entre o preço de compra e o de venda do ativo – já havia sido apreendida por estudiosos do tema como Ignácio Rangel, Baastian Reydon, Guilherme Delgado, a partir dos anos 1970/1980, justamente após a constituição de um “sistema financeiro nacional”, nos termos de Maria da Conceição Tavares (1972). Investimentos de empresas em terra, em momentos reconhecidos como de crise econômica brasileira, ocorreram em anos pretéritos. Porém, o que podemos explicitar aqui é a possibilidade de um processo altista no preço da terra se realimentar, como numa lógica de bolha especulativa, por exemplo (KURZ, 1995), movido pela criação de transnacionais especializadas particularmente neste tipo de investimento.

subida dos seus preços estimulou o crescimento e as reservas de divisas. Com uma recessão global esse processo pode ser rapidamente revertido (KURZ, 2011, p. 1).

6. Considerações finais

Podemos sugerir como responder às perguntas acima formuladas para este item, o como e por que a terra passou a se tornar um ativo financeiro interessante para o capital a juros transnacional em anos recentes (com especial apreço pela região do MATOPIBA para seus negócios), conforme explicita Delgado:

Proprietários de ativos financeiros e de recursos naturais – terras, recursos hídricos, minas e campos petrolíferos, normalmente estariam preocupados com a reversão dos preços externos das “commodities”. Alguns de fato sentiram a crise, como é o caso das grandes empresas do setor – PETROBRÁS, Vale do Rio Doce – ALBRAS-ALUNORTE etc., cujos negócios externos encolheram. Mas há uma via secreta de apropriação de fundos públicos, a dívida pública e o mercado de terras que vêm sendo mantidos artificialmente valorizados, para salvar a renda fundiária e a renda financeira em uma economia de crescimento zero ou negativa (DELGADO, 2015).

As áreas de chapada, e podemos nos ater ao caso da região do sul do Piauí aqui, com parte considerável do Cerrado nativo ainda de pé, apresentaram aprofundamento de processos de grilagem e formação de fazendas desde o início do ciclo de alta dos preços das *commodities*, a partir de 2002. A formação de uma fazenda sobre terras devolutas, que porém eram utilizadas secularmente por comunidades rurais locais, apresenta custos muito baixos e, diferentemente do período regional ao qual nos referimos anteriormente, não ocorre sobre trabalho pretérito de posseiros (*frete de expansão*), que “abriam” a fronteira, desmantando a floresta e implantando suas roças a serem posteriormente expropriadas pela fazenda pecuária que avançava sobre as mesmas (*frete pioneira*), repondo o processo para áreas mais distantes. Contrata-se, em geral, dois tratores e um “correntão”, que devastam o Cerrado, e se forjam os títulos fundiários a um preço irrisório, que pode subir exponencialmente em razão da continuidade de procura por tal ativo, tornando-se, na fronteira, um atrativo negócio para o capital fictício ali aplicado com muito pouco trabalho vivo, que passa a buscar, na terra, o *ganho de fundador* (ver DELGADO, 1985, 2012).

A própria produção de soja tecnificada, com plantio e colheita mecanizados controlados por satélites (GPS) e com incorporação de muito pouco trabalho vivo ao processo produtivo (e consequentemente caracterizada, assim, por alta composição orgânica de seus capitais), coloca-nos a pergunta acerca de como tais capitais logram se valorizar – por exemplo, no momento de alta especulativa dos preços das *commodities* e de recente alta especulativa do preço da terra,

na “região” aqui abordada – explorando muito pouco trabalho vivo, a saber, a própria substância do capital (MARX, 1983; KURZ, 1995)⁵.

Ao mesmo tempo, os membros das comunidades expropriadas, que logram manter algumas áreas de moradia nos baixões, de onde retiram água e onde plantam suas roças, não são incorporados como força de trabalho nas recém-implantadas empresas produtoras de soja, exatamente por apresentarem alta composição orgânica de seus capitais. Assim, não são incorporados como força de trabalho assalariado, conforme esperaríamos de um processo de *acumulação primitiva* de capital clássico (MARX, 1983, L.I, Tomo II, cap. XXIV). Muitos se submetem às piores condições de trabalho disponíveis no mercado, em condições precárias e análogas à escravidão (muitas vezes temporariamente na própria formação das fazendas), ao mesmo tempo em que mantêm parcelas de posses (nos baixões) que só se sustentam a partir de políticas públicas financiadas a capital fictício (como forma de controle de populações) e que, com as presentes crises econômica e política brasileiras, vão sendo novamente jogados a sobreviver em condições de miséria. Vale a ressalva de que tais políticas distributivistas financiadas a capital fictício vinham sendo possibilitadas também pelo “ciclo” de *boom* dos preços das *commodities* e pela expansão (em produção, área e produtividade) baseada na especulação com seus preços futuros, que trazia divisas para o Brasil, hoje mais limitadas.

Desta maneira, teria sido a expansão supramencionada que iniciou a alta no preço da terra em nível nacional (DELGADO, 2012⁶), a partir de 2002/2003, mas que, após a reversão da alta dos preços das *commodities*, autonomizou-se dos mesmos e parece configurar uma bolha financeira por si mesma. Áreas novas, com baixo custo para serem formadas e com alta potencialidade de terem seus preços inflacionados, explicam a grande presença recente das novas imobiliárias agrícolas na região do MATOPIBA, em especial no sul do Piauí, região de concentração contemporânea das mesmas.

5 Tal pergunta também fizemos para tentarmos sugerir explicações para a crise da agroindústria sucroenergética quando da crise do capital de 2008 e da queda abrupta nos preços das commodities internacionais e início das falências das usinas no Brasil, falências que continuam ocorrendo até hoje, após profundo processo de mecanização da produção de cana-de-açúcar e expulsão da força de trabalho de tais processos produtivos (PITTA, 2016).

6 “O movimento de expansão da exportação na década passada, com destaque à exportação de produtos primários que demonstramos na seção precedente, suporta um processo intenso de valorização das terras agropecuárias e irá propiciar uma clara reversão do ciclo de desvalorização [da terra], observado nos anos 1990 [...] O processo de relançamento da valorização fundiária, visto que este mesmo surto fora observado no período 1967/86, reflete o *boom* de *commodities* mundiais da década [de 2000]” (DELGADO, 2012, p. 97-98).

Importa aqui ainda uma ressalva final. Quando abordamos o fenômeno das expropriações recentes na assim chamada “última fronteira agrícola” brasileira por parte de um capital a juros transnacional em busca de rendimentos relacionados a um capital fictício e ao mesmo tempo explicitamos as diferenças na forma e no sentido de condicionamento deste processo, o fazemos para nos diferenciarmos de formulações que vislumbrariam no que aqui descrevemos uma reposição de um “rentismo à brasileira” (p. ex, OLIVEIRA, 2016). Segundo tal tese, a especulação com a terra e a apropriação da renda da terra seria a tônica do *patrimonialismo* (FAORO, 1989) que configuraria e fundamentaria a história da formação brasileira e que se reporia até os dias de hoje. Aqui, por outro lado, sugerimos que o que se repõe é o capital como forma mercadoria de mediação social e contradição em processo, ou seja, repõe-se, mas em movimento contraditório e em crise (BOECHAT, PITTA & TOLEDO, 2017).

Assim, especulação com terras e acumulação de capital no período regional, quando da formação de um mercado de terras e de trabalho assalariado no Brasil (até os anos 1950/60) não podem ser equiparados à especulação com a terra como ativo financeiro atualmente; e acumulação de capital hoje precisa aqui ser questionada, dada o fundamento fictício da mediação do capital a juros, que aqui apresentamos por meio da forma da expropriação de terras ocorrer (SCHOLZ, 2016) e da determinação do *boom* dos preços das *commodities* para a aparência de reprodução ampliada das agroindústrias brasileiras no século XXI, até a crise de tais preços e as falências a esta atreladas, inclusive falência do que de forma aconceitual se denomina por “economia brasileira nacional” (o que não exclui o elemento de crise política que deve ser trazido para a análise, mas que se relaciona com esta a chamada “crise econômica”, para nós, vale a ressalva, determinada pela crise do capital como totalidade social fragmentada – SCHOLZ, 2016).

Territorialização do capital hodierna, seja na abertura de novas fazendas com desmatamento do Cerrado ou apenas cercamento de terras devolutas no MATOPIBA (a serem posteriormente negociadas, como vimos no caso da Radar S/A), mas também com produção do espaço a partir de processos de “destruição criativa” (HARVEY, 2011) em termos de fronteira interna, porém, com expulsão do trabalho vivo do processo produtivo (sendo este o fundamento da acumulação capitalista como forma atual da dominação social), levam-nos a nos perguntarmos sobre o que significa acumulação de capital hoje⁷. O caso da fronteira agrícola do MATOPIBA poderia inadvertidamente ser mal enquadrado, já que poderia parecer que os capitais ali aplicados estariam interessados em realizar acumulação de capital por meio da apropriação direta de tais “recursos naturais”. Como a exploração direta de meios de produção não-produzidos, sem exploração do

7 Aqui incluímos, também, um questionamento sobre formulações que se apropriam da tese da acumulação por despossessão de David Harvey (HARVEY, 2011) para interpretar processos atuais de apropriação capitalista de meios de produção não-produzidos (também aconceitualmente denominados “recursos naturais”).

trabalho, poderia produzir reprodução ampliada de capital deveria ser uma pergunta ao menos formulada. No mínimo, algo teria mudado no capitalismo contemporâneo e tais mudanças deveriam ser categorialmente explicitadas para se defender que a forma atual de reprodução do capital não depende mais de exploração de mais-valia de processos de trabalho vivo em empresas produtivas de capital (VECINA, 2018), mas que a natureza produziria valor *per se*, algo que nos remete a uma fisiocracia, como se a materialidade das coisas ou a própria natureza contivessem valor em si mesmas. Reforçando a crítica ao fetichismo das mercadorias, discordamos totalmente dessa formulação.

Em outras palavras, a fronteira segue transbordando em violências, porém não acumula mais substância de valor, pois o trabalho como mercadoria foi dessubstancializado, vale muito pouco e pouco representa ao processo de valorização como um todo, ao passo que o capital centraliza a propriedade e a inflaciona em representações desdobradas, humilhando o trabalho à segunda potência.

References

BOECHAT, Cássio Arruda. O conceito de “pioneiro” na Geografia, na contraposição de estudos sobre a expansão cafeeira e a citrícola. In: *Confinés*, nº. 21, 2014.

_____. Região do colonato: Mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista. Dissertação. PPGH, 2009, FFLCH-USP.

BOECHAT, Cássio A., PITTA, Fábio T. e TOLEDO, Carlos de A. “*Land grabbing* e crise do capital: possíveis intersecções dos debates”. Rio de Janeiro: *Revista GEOgraphia*, UFF, v. 19, nº 40, 2017.

BOECHAT, Cássio Arruda e KLUCK, Erick Gabriel Jones. O debate sobre as “sete teses do mundo rural brasileiro”: um breve balanço recente sobre a modernização (conservadora). *Estudos Sociedade e Agricultura*, junho de 2017, vol. 25, n. 2, p. 430-455.

BOECHAT, Cássio A., LEITE, Ana Carolina G.; e TOLEDO, Carlos de A. “Archéologie de la question agraire au Brésil: du labor grabbing au land grabbing”. Paris : *EchoGéo*, v. 41, 2017.

BORRAS JR., Saturnino. M.; KAY, Cristobal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. “Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America”. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, 2012, p. 402-416.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara dos Deputados: projeto de resolução 159. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. 8p.

- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z., 2014. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. (org.) *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília: Embrapa. (p. 1.159-1.186).
- CLEMENTS, Elizabeth A. e FERNANDES, Bernardo M. "Land grabbing, agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique". In: International Conference on Global Land Grabbing II: LDPI, 2012.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Domínio público. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>>. Sítio consultado em 05 de agosto de 2018.
- DAVIDOFF, Paulo. *Dívida Externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos 1970*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo/ Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Vol. 1, no. 1, 1939.
- DELGADO, Guilherme. *Capital Financeiro e Agricultura: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.
- _____. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- _____. "Apropriação financeira na crise". São Paulo: *Correio da Cidadania*, 11 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11016:2015-08-11-17-27-52&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em julho de 2017.
- DIAS, Maria Odila S. Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed., São Paulo: Alameda, 2009. (325 p.)
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: 8ª ed., Globo, 1989. (750 p.)
- FLORÊNCIO, Rafael. *A construção já é ruína - A tropicália de Caetano Veloso sob o processo de modernização do território brasileiro*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, 2018.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HEIDEMANN, Heinz D.; TOLEDO, Carlos de Almeida & BOECHAT, Cássio Arruda. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história e de sua crítica. In: Estudos Avançados, IEA/USP, vol. 28, n. 81, 2014.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). *Economic and social impacts of Agricultural Development of the Cerrado*. Tóquio: JICA, 2017.

KLIMAN, Andrew. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great recession*. Londres: PlutoPress, 2012.

KOHLHEP, Gerd. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. In: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v., n. 2, 2013, p. 29-75.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global. Lisboa: 1995. Disponível em: <o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em julho de 2017.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *O fim do boom das matérias-primas*. Lisboa: 2011. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz395.htm>. Acesso em julho de 2017.

_____. *Os últimos combates* 5ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LEITE, Ana C. Gonçalves, *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (762 p.).

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital – contribuição ao estudo econômico do imperialismo/ Anticrítica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Série “Os Economistas”).

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro III, Tomo I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Série “Os Economistas”).

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo: 8ed., 2000.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009 (187p.)

_____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, , 1975.

MENDONÇA, Maria Luisa. *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio*. São Paulo: 2013. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH, USP.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec / Polis, 1998.

_____. “As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista”. In: Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano XI, no 112, janeiro – fevereiro de 1953.

MORAES, A. C. R. de., 2003. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume. (130 p.)

NIERDELE, P. A.; WESZ Jr., Valdemar J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NOVAIS, Fernando A. Considerações sobre o sentido da colonização. São Paulo: In: Revista do IEB, IEB-USP, no. 6, 1969.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: landé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

PETRONE, Pasquale. Simpósio Perspectivas da colonização no Brasil. São Paulo: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 18, 1973, p. 49-59.

PITTA, Fábio. *As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008*. São Paulo: 2016. Tese (doutorado em Geografia). FFLCCH-USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10052016-140701/pt-br.php>>. Acesso em julho de 2017.

PITTA, Fábio; BOECHAT, Cássio e MENDONÇA, Maria Luisa. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Belo Horizonte: *Estudos Internacionais*, v.5 n.2, p.155 – 179, 2017.

PITTA, Fábio T., CERDAS, Gerardo e MENDONÇA, Maria Luisa. *Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2018.

PITTA, Fábio T. e MENDONÇA, Maria Luisa. *A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2015. Disponível em: <<https://www.social.org.br/files/pdf/RevistaREDE2015paranet%202.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

_____. International Financial Capital and the Brazilian Land Market. Califórnia/EUA: *Latin American Perspectives* (LAPs), vol. 45, número 5, setembro de 2018.

PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria Luisa e XAVIER, Carlos Vinicius;. *A Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2012. Disponível em: <<http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em julho de 2017.

PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos Vinicius; NAVARRO, Cristiano; MENDONÇA, Maria Luisa. *Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Editora Outras Expressões, 2014. Disponível em: <https://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf>. Acesso em julho de 2017.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS / GRAIN. *O fiasco agrícola bilionário da Universidade de Harvard*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos / Grain, 2018.

SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo Forever: para a crítica das actuais teorias da colonização no contexto do "Colapso da modernização". Lisboa: 2016. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm>. Acesso em julho de 2017.

SCHOLZ, Roswitha. Forma social e totalidade concreta – Na urgência de um realismo dialéctico hoje. Lisboa: 2009.

Consultado na página da Internet: <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>, em 11/11/2013.

SEABRA, Manoel; GOLDENSTEIN, Lea. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. São Paulo: *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, 1982, p. 21-47.

SERIGATI, Felipe. A última peça do velho cenário. São Paulo: *Agroanalysis*, agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.agroanalysis.com.br/index.php/10/2015/mercado-negocios/commodities-agricolas-a-ultima-peca-do-velho-cenario>>. Acesso em julho de 2017.

SLC. *Relatório de desempenho 1T17*. Porto Alegre: SLC, 2017. Disponível em <<http://ri.slcagricola.com.br/>>. Acesso em julho de 2017.

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção “Os pensadores”).

SORRE, Max, 1984. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: SORRE, M. *Max Sorre, Geografia*, São Paulo, Ática. (p. 124-139)

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. São Paulo: Orientador Heinz Dieter Heidemann. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, 2008.

_____. A urgência de domínio nas práticas da Light na eletrificação, mobilização e produção do espaço: um estudo da metropolização brasileira. Goiás: *Revista Territorial*, v. 1, n. 1, 2002, p. 20-46.

VALOR ECONÔMICO. “Megaprodutores consolidam a última fronteira”. São Paulo: *Valor Econômico*, 01 de abril de 2013a. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira>>. Acesso em julho de 2017.

VALOR ECONÔMICO. “10 grupos têm um terço da nova fronteira da soja”. São Paulo: *Valor Econômico*, 01 de abril de 2013b. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067336/dez-grupos-tem-um-terco-da-nova-fronteira-da-soja>>. Acesso em julho de 2017.

VALOR ECONÔMICO. “Cosan vende parte de suas ações na Radar para Mansilla por 1,065 bi”. São Paulo: *Valor Econômico*, 30 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4731589/cosan-vende-parte-de-suas-acoes-na-radar-para-mansilla-por-r-1065-bi>>. Acesso em julho de 2017.

VECINA, Cecília. *As comunidades “quilombolas” em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas*. São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, 2018.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2ª. ed coment. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

(cassio.boechat@ufes.br)

about the authors

Cássio Arruda Boechat

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é formado em Letras (UNESP) e em Ciências Sociais (USP) e tem mestrado e doutorado em Geografia Humana pela USP. Pós-doutor em Sociologia Rural, pelo CPDA/UFRRJ, e em Geografia Agrária, pelo IGCE/UNESP/Rio Claro, participa do Projeto Universal (CNPq/FAPERJ) “Expansão do agronegócio, mercado e estrangeirização de terras e ação do Estado”, coordenado pelo Prof. Dr. Sérgio Pereira Leite, e coordena o Projeto Universal (FAPES) “Land grabbing e flex crops: formas de investimento estrangeiro no agronegócio sucroenergético”.

Fábio Teixeira Pitta

Pós-doutorando em Geografia Humana pela FFLCH/USP, com bolsa FAPESP. Formado em História (USP) e em Filosofia (USP), tem mestrado e doutorado em Geografia Humana pela USP. Nos últimos anos, atuou como pesquisador e coordenador de projetos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos no Brasil, com quem pesquisou, redigiu e lançou diversos livros e artigos relacionados à expansão atual do agronegócio no campo brasileiro e seu vínculo com a financeirização da economia brasileira e mundial, principalmente no que diz respeito aos impactos da crise financeira de 2008 para as relações de trabalho no campo.

Carlos de Almeida Toledo

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo (USP), é formado em Economia (USP) e tem mestrado e doutorado em Geografia Humana pela USP. Coordena o Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) da USP, onde participa ativamente de Grupos de Estudos. É membro do Projeto Universal (FAPES) “Land grabbing e flex crops: formas de investimento estrangeiro no agronegócio

sucroenergético". É autor de diversos artigos sobre as dimensões atuais da crise do trabalho e tem estudos sobre a formação e a modernização brasileiras.

